



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO N° _____, de 2023
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir às péssimas condições de acessibilidade no percurso entre o transporte público e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV) do Distrito Federal.

Senhor Presidente,

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir às péssimas condições de acessibilidade no percurso entre o transporte público e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV) do Distrito Federal. Para tanto, apresentamos a relação de debatedores (as), que segue: Secretaria de Estado de Educação do DF, Secretaria da Pessoa com Deficiência do DF, Administração do Plano Piloto, Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF, Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal e Ministério das Cidades.

JUSTIFICAÇÃO

A acessibilidade é um pilar fundamental na promoção da igualdade e inclusão social, especialmente quando se trata das pessoas com deficiência. No intuito de garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais, é imprescindível assegurar condições adequadas de deslocamento para que todos os cidadãos tenham acesso irrestrito aos serviços públicos e, em particular, à educação. No presente contexto, emerge uma preocupação urgente relacionada às péssimas condições de acessibilidade no percurso entre o transporte público e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV). Essa situação coloca em risco não apenas a dignidade, mas também a participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, comprometendo seu acesso à educação e a outros serviços públicos essenciais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY

Apresentação: 17/11/2023 11:14:06.630 - CPD

REQ n.60/2023

Ademais, visa destacar a relevância das rotas com desenho universal, que devem ser concebidas para serem utilizadas de forma equitativa por todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou limitações. A acessibilidade não é apenas uma questão de comodidade, mas sim um direito humano básico que sustenta a construção de uma sociedade inclusiva e justa. Garantir condições adequadas de acessibilidade é essencial para assegurar a dignidade das pessoas com deficiência e promover sua participação plena na sociedade. A dificuldade no deslocamento entre o transporte público e o CEEDV não apenas representa um obstáculo físico, mas também um entrave à participação ativa desses cidadãos na vida acadêmica, cultural e social.

O CEEDV desempenha um papel crucial na formação e desenvolvimento das pessoas com deficiência visual, sendo um espaço de aprendizado e inclusão. Contudo, as barreiras de acessibilidade no trajeto até essa instituição comprometem o acesso desses alunos à educação, impedindo o pleno exercício de seu direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal. Além disso, a falta de acessibilidade compromete o acesso a outros serviços públicos essenciais, contribuindo para a exclusão social desses indivíduos e reforçando a necessidade urgente de intervenção e melhorias significativas nesse percurso. Ao assegurar a implementação de rotas com desenho universal, não apenas estaremos promovendo a inclusão, mas também reforçando o compromisso com os princípios fundamentais da igualdade e dignidade para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades. Considerando a necessidade de se fazer o debate mais aprofundado com os profissionais da área, pessoas assistidas, especialistas e a sociedade, apresentamos o presente Requerimento com vistas à realização de audiência pública, iniciativa para a qual solicitamos o valioso apoio dos nobres Pares deste Colegiado.

Sala da Comissão, de novembro de 2023.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

